



Comunicado de Imprensa

Luxemburgo, 13 de outubro de 2022

Aumentam os erros nas despesas da União Europeia, diz Tribunal de Contas Europeu

Os erros nas despesas do orçamento da União Europeia (UE) aumentaram, alerta o Tribunal de Contas Europeu (TCE) no relatório anual que hoje publica. O TCE conclui que as contas da UE relativas a 2021 dão uma imagem verdadeira e apropriada e que as receitas podem considerar-se sem erros. Contudo, estes continuam a afetar demasiado os pagamentos. O TCE também aponta riscos relacionados com os fundos da União disponibilizados em resposta à crise provocada pela COVID-19 e à guerra de agressão na Ucrânia. Pela primeira vez, o relatório inclui uma opinião separada sobre o instrumento temporário de recuperação da UE, o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR).

O TCE conclui que, em 2021, o nível global de erros nas despesas do orçamento da UE aumentou para 3,0% (2020: 2,7%). Quase dois terços das despesas auditadas (63,2%) foram considerados de risco elevado, um novo aumento em relação a 2020 (59%) e aos anos anteriores. Muitas vezes, as regras e os critérios destas despesas são complicados, aumentando a possibilidade de erro. Os erros significativos continuam a afetar as despesas de risco elevado, com uma taxa estimada de 4,7% em 2021 (2020: 4,0%).

Opinião desfavorável sobre as despesas do orçamento da UE

Tal como nos últimos dois anos, o TCE conclui que o nível de erro nas despesas de risco elevado é generalizado e dá uma opinião desfavorável ("adversa") sobre as despesas da União relativas a 2021.

O nível de erro estimado não é um reflexo de fraudes, falta de eficiência ou desperdício, mas um cálculo do dinheiro que não foi usado em total conformidade com as regras da UE e nacionais. Porém, durante o seu trabalho, o TCE também identificou 15 casos de suspeita de fraude (em comparação com seis em 2020) e comunicou-os ao Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF), que já abriu cinco inquéritos. Ao mesmo tempo, informou a Procuradoria Europeia de um destes casos, juntamente com outro que tinha detetado em 2021.

O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do Relatório Anual adotado pelo Tribunal de Contas Europeu.

O texto integral do relatório encontra-se em eca.europa.eu.

ECA Press

12, rue Alcide De Gasperi – L-1615 Luxembourg

E: press@eca.europa.eu @EUAuditors eca.europa.eu

"Com a guerra de agressão na Ucrânia, a escassez de energia, a pandemia de COVID-19 e as alterações climáticas, a UE vê-se obrigada a lidar simultaneamente com as consequências de várias crises sem precedentes", salienta o Presidente do TCE, Tony Murphy. "Este cenário cria mais riscos e desafios para as finanças da União e torna ainda mais necessária uma gestão sólida e eficaz pela Comissão. "Através do nosso trabalho, desempenhamos um papel importante nesse sentido", acrescenta.

Primeira opinião sobre as despesas do MRR

Este ano, a auditoria abrangeu pela primeira vez o MRR, a principal componente do pacote de 800 mil milhões de euros do Instrumento de Recuperação da União Europeia (IRUE), cujo objetivo é dar resposta às consequências económicas da pandemia. Normalmente, as despesas do orçamento da UE baseiam-se no reembolso dos custos e no cumprimento de condições, mas no âmbito do MRR os Estados-Membros recebem os fundos em função da realização de objetivos predefinidos. Em 2021, só houve um pagamento do MRR (a Espanha). O TCE descobriu que um dos 52 objetivos incluídos no pedido de pagamento espanhol não foi totalmente cumprido, mas não considerou o impacto associado significativo. Contudo, aponta falhas na avaliação dos objetivos pela Comissão e pede melhorias em futuras avaliações deste tipo.

O TCE observa que a conformidade com outras regras da UE e nacionais não faz parte da avaliação da Comissão sobre a legalidade e regularidade dos pagamentos ao abrigo do MRR. Assim, este elemento não é abrangido pela opinião dos auditores, sendo um aspeto a analisar separadamente em futuras auditorias, quando o trabalho da Comissão Europeia a este respeito estiver concluído. A eficácia das diferentes reformas incluídas nos marcos será, de resto, um tema adequado para futuros relatórios especiais específicos.

A resposta à pandemia e a guerra de agressão na Ucrânia aumentam os riscos orçamentais

A exposição total do orçamento da UE a possíveis obrigações futuras mais do que duplicou em 2021, passando de 131,9 mil milhões de euros para 277,9 mil milhões de euros. Este aumento deveu-se principalmente à emissão de 91,0 mil milhões de euros em obrigações para financiar o pacote do IRUE e a um aumento de 50,2 mil milhões de euros na assistência financeira para ajudar os Estados-Membros a proteger o emprego e os trabalhadores prejudicados pela pandemia.

O TCE alerta também para os riscos que a guerra de agressão na Ucrânia representa para o orçamento da UE. No final de 2021, a Ucrânia tinha empréstimos pendentes num valor nominal de 4,7 mil milhões de euros ao abrigo de vários programas da União. O Banco Europeu de Investimento também concedeu empréstimos à Ucrânia, cobertos por garantias da UE, no valor de 2,1 mil milhões de euros.

Em 2021, as autorizações do orçamento da União que ainda não deram lugar a pagamentos diminuíram, sobretudo devido a atrasos na execução dos fundos em gestão partilhada ao abrigo do quadro financeiro plurianual para 2021-2027, representando 251,7 mil milhões de euros no final de 2021 (2020: 303,2 mil milhões de euros). No entanto, o total destas autorizações (incluindo 89,9 mil milhões de euros do IRUE) atingiu um recorde máximo de 341,6 mil milhões de euros. O TCE salienta que os Estados-Membros continuam a ter diferenças significativas no grau de utilização dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) a partir do orçamento de 2014-2020. Enquanto, por exemplo, a Irlanda, a Finlândia e Chipre tinham mobilizado mais de três quartos dos fundos atribuídos, os três países da UE onde a taxa de absorção era mais baixa (Croácia, Eslováquia e Malta) só tinham usado pouco mais de metade dos montantes autorizados

Perguntas em aberto sobre a carta da Comissão à Hungria acerca do Estado de direito

No relatório, o TCE refere a notificação escrita que a Comissão enviou à Hungria em abril de 2022, desencadeando o procedimento que pode levar à tomada de medidas contra um Estado-Membro por violações do Estado de direito. No seu relatório anual sobre a gestão e a execução, em que dá informações importantes sobre o seu controlo interno e gestão financeira, a Comissão não divulga de que forma esta notificação pode afetar a regularidade das despesas na Hungria.

Informações de contexto

Em 2021, as despesas orçamentais da UE foram de 181,5 mil milhões de euros, o equivalente a 2,4% do total das despesas gerais das administrações públicas dos Estados-Membros e a 1,3% do seu Rendimento Nacional Bruto (RNB). Tendo em conta as despesas do MRR, o total dos pagamentos da União em 2021 foi de 228,0 mil milhões de euros. Cerca de três quartos deste valor foram gastos no âmbito da gestão partilhada, um sistema através do qual os Estados-Membros atribuem os fundos, selecionam os projetos e gerem as despesas da UE.

Todos os anos o Tribunal audita as receitas e despesas da União, examinando a fiabilidade das contas anuais e a conformidade das operações relativas às receitas e despesas com as regras aplicáveis.

Uma opinião "adversa" significa que o TCE detetou problemas generalizados. Para chegar a esta opinião, testa amostras de operações para obter estimativas baseadas em estatísticas da medida em que as despesas do orçamento da UE estão afetadas por erros. O TCE mede o nível de erro estimado em relação a um limiar de 2%, o valor acima do qual as despesas irregulares são consideradas materiais.

Contactos para a imprensa

Serviço de imprensa do TCE: press@eca.europa.eu

- Vincent Bourgeais: vincent.bourgeais@eca.europa.eu - Telemóvel: (+352) 691 551 502
- Damijan Fišer: damijan.fiser@eca.europa.eu - Telemóvel: (+352) 621 552 224
- Claudia Spiti: claudia.spiti@eca.europa.eu - Telemóvel: (+352) 691 553 547